

# Formação docente e a influência da agenda global da educação (AGE)

Michele Machado Souza<sup>1</sup>

## Resumo

Neste artigo discute-se a formação docente com a perspectiva de ser influenciada pela AGE, assim como pelos órgãos internacionais que tem relações com o conglomerado externo de grandes potências. Objetiva-se destacar também o silenciamento das políticas de formação docente por intermédio da Base Nacional Comum Curricular e da Resolução CNE/CP n. 2/2019 e as intervenções externas.

Palavras-Chave: agenda global da educação; base nacional comum curricular; formação docente; globalização; políticas públicas.

## 1. Introdução

Para a elaboração desse texto partimos do pressuposto que o interesse primordial na educação é o aluno, ou seja, todo e qualquer movimento tem como finalidade garantir qualidade e equidade de educação para todos. É o que se espera de uma educação justa e igualitária, centrada no desenvolvimento integral dos educandos. Para garantir essa especificidade na educação necessita-se de investimentos em quem ampara os alunos diretamente no processo educacional, os professores.

A formação docente no Brasil é há muito tempo discutida dentro da universidade, nas secretarias de educação municipais, estaduais e em nível federal. Existe uma distância considerável entre discutir, pesquisar e se concretizar de fato uma política que cumpra com sua finalidade. Não é que não existam políticas para a formação de professores, mas até o desenvolvimento delas existem muitos obstáculos a serem ultrapassados. Por exemplo, no documento que norteia a educação básica no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não dialoga diretamente sobre a formação docente. Segundo Oliveira *et. al* (2023), afirmam que a BNCC seguiu orientações internacionais:

Destacamos o Global Education Reform Movement (GERM), Movimento de Reforma Global Educacional, para o português, como parte da política de estímulo às reformas que atribuem sentidos de eficácia aos sistemas educacionais. Apontamos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os desdobramentos para a sua implementação como parte de uma agenda global de educação, constituinte dessa rede de influência mundial, orientada/influenciada pelo movimento GERM (OLIVEIRA *et. al* (2023, p.1).

<sup>1</sup> Unipampa.

A BNCC, a partir do momento que recebeu influencia internacional, deixou de pensar primeiramente na finalidade da educação, que é o aluno. Ou seja, a educação abriu espaço para que outros interesses medissem a eficiência da educação por padronização.

## 2. A lógica global da educação

A globalização, na última década do século XX, estabeleceu o capitalismo como potência econômica após longos anos de Guerra Fria, na qual os Estados Unidos da América disputavam com a União Soviética a hegemonia mundial do modelo econômico. Hoje esse modelo é o que gere as políticas em todos os aspectos, inclusive na educação, uma vez que, a educação brasileira tem referências baseadas em órgãos internacionais. Nessa perspectiva Souza (2016) diz que:

A globalização constituiu um cenário novo na organização político-econômica mundial. Vários são os aspectos característicos desse contexto, mas dois chamam a atenção em especial pelo inusitado: o primeiro tem relação com o fato de que a globalização inclui virtualmente todas as nações do planeta em um processo calcado no modo capitalista de produção, que é, inicialmente, econômico, mas que se estende à política e à cultura (SOUZA, 2016, p. 465).

Objetiva-se tanto a economia que o essencial fica em segundo plano. Torna-se questionável até que ponto a AGE tem conhecimento do que ocorre no dia a dia da escola. No processo da tomada de decisões a Agenda pauta-se no geral e indica as grandes referências para a pauta educacional global, com influências sobre as pautas locais/regionais. Maués e Camargo (2022) evidenciam o papel do professor dentro desse sistema:

[...] nesse contexto da globalização neoliberal que a educação, para os Órgãos Internacionais, ganha uma conotação importante enquanto o elemento fundamental para a criação da hegemonia burguesa. Para tanto, há necessidade de ser criada uma Agenda Global da Educação (AGE) que possa contribuir com a lógica do capital, por meio do ensino formal, formando mulheres e homens alinhados a esses interesses. O papel dos docentes, nesse contexto, tem uma dimensão importante e, por isso, há um grande interesse em formá-los para desempenharem a função de intelectuais orgânicos da burguesia (MAUÉS E CAMARGO 2022, p.12).

Existe resistência a esse sistema hegemônico da AGE, conforme Souza (2016), “a perda desse espaço não é uniforme, estandardizada e sem resistências, uma vez que o estado nacional segue forte, ainda que não absoluto, em boa parte das ações sob sua responsabilidade [...]”, mesmo sofrendo pressão direta pela hegemonização (SOUZA, 2016, p. 465). O autor ainda destaca a perda da autonomia na concretização das políticas, pois o estado tem o poder de defini-

las, mas ao mesmo tempo é tensionado pela AGE. O que é necessário e urgente sucumbe aos interesses externos, assim as demandas do “chão da escola” escapam nas decisões imediatas, um mecanismo de poder entre classes sociais (SOUZA, 2016, p. 466).

Dale (2004) também dialoga sobre:

[...] as instituições do estado-nação, e o próprio estado, devem ser vistos como sendo essencialmente moldados a um nível supranacional através de uma ideologia do mundo dominante (ou Ocidente), e não como criações nacionais autônomas e únicas. Sob esta perspectiva, os estados têm a sua actividade e as suas políticas moldadas por normas e cultura universais (DALE, 2004, p.426-427).

Uma situação atual que se assemelha como que Dale (2004) ressalta, é a monitoria pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), no qual são enviados tutores ou mentores para reuniões com a diretoria e coordenadores de área como forma de controle do trabalho docente. Essa intervenção do estado tem um objetivo específico: melhoras as notas ou modificar os currículos para que os índices sejam alcançados.

As grandes indústrias e bancos, por meio de suas fundações educacionais, tem envolvimento nas mentorias, parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não pagos ao governo são usados para desenvolver esses projetos educacionais. É uma forma de gestão controlada para executar projetos de interesses próprios. Uma pessoa de fora da escola é considerada qualificada para relatar o que acontece no “chão da escola”, sem deixar de mencionar que os mentores não tem contato direto com os professores. Isso tudo faz parte da universalização do ensino com um formato de gestão empresarial.

A educação tem natureza econômica,

E essa agenda tem na economia seu principal motor. Um importante elemento que parece confirmar esta hipótese é a crescente presença da economia do conhecimento (EC – knowledge economy) como referência para a definição de políticas (não apenas educacionais) mundo afora. A EC indica que o conhecimento e a educação podem ser equiparados a um produto negociável e, como todo produto ou serviço (educacional ou de inovação intelectual), pode ser negociado, comercializado, exportado com boa de retorno. Nesse ciclo do capitalismo global, a economia do conhecimento parece mostrar-se como uma mudança qualitativa. Mas a literatura tem destacado que a economia do conhecimento não se apresenta como um discurso uníssono, tanto que a UNESCO, de um lado, a OCDE, de outro, e Banco Mundial, em outro canto, ainda, têm conceitos, leituras e propostas diferentes para o incremento dessa economia (SOUZA, 2016, p. 466).

A educação quantitativa objetiva, os números, as cifras, e não a qualidade. Enquanto a educação seguir refém da economia, andará em círculos e assim, conseqüentemente, o ensino se distancia de uma educação igualitária e voltada para a transformação do mundo.

### 3. A AGE e as políticas de formação docente

A influência da AGE e dos órgãos internacionais estende-se na carreira docente, nada de inesperado uma vez que é um movimento global. Barbosa *et al* (2023), destaca a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico como instituição regulamentadora nas políticas de formação docente:

De considerável influxo no setor educacional, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aparece como emblemática em sua atribuição regulatória, no sentido de influenciar a formulação de políticas e tomadores de decisão ao lado de outros Organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (Unesco), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Criada em 1961, a OCDE atualmente é composta por 38 países membros e parceiros estratégicos, que definem padrões internacionais que orientam e assessoram governos para o desenvolvimento de políticas públicas econômicas e sociais (BARBOSA *et. al*, 2023, p. 4).

A “cultura dos resultados” (BARBOSA *et al*, 2023, p. 3) diz respeito ao que se espera da atuação dos profissionais docentes para corresponder aos interesses externos para educação. Existem testes internacionais que servem como indicadores que são implementados com o objetivo de medir a qualidade de educação. Para professores e diretores aplica-se a Pesquisa Internacional sobre o Ensino e Aprendizagem (TALIS), é coordenada pela OCDE. O segundo instrumento regulador da OCDE é voltado para os alunos, o Programa de Avaliação de Alunos (PISA). Barbosa *et al* (2023) ainda ressalta que esses testes são utilizados como padrões de desempenho e tem influência nos currículos, pois esses dois testes são usados para “ditar o que seriam as habilidades e competências prioritárias demandadas pelos processos de transformação da ordem econômica mundial.” (BARBOSA *et al*, 2023, p.4).

Nesse cenário, os organismos internacionais tendem a tensionar o trabalho docente, ditando o que seria um professor de qualidade com base em pesquisas objetivas. Conforme Robertson e Sorensen (2020, p.45), o TALIS objetiva a promoção de indicadores internacionais fortes, assim como analisa as políticas sobre a carreira docente. Do resultado da pesquisa cada país desenvolve suas políticas próprias.

Essas aferições pautam-se no aprendizado dos alunos como determinantes para a qualidade de ensino docente. Tornando a culpabilidade do professor/diretor como fracasso ou sucesso escolar. Como destacam Robertson e Sorensen (2020):

OCDE trabalha com a profissão docente com o aval da organização baseada em evidências políticas e com a codificação associada à transmissão do conhecimento, centrada na identificação das ‘melhores práticas’ as quais, por sua vez, medem e usam como base de aferição esse conhecimento [...] (ROBERTSON E SORENSEN, 2020, p.47).

Enfrentamos, portanto, uma contradição: a OCDE afirma que o TALIS reconhece que os sistemas educacionais são obrigados a refletir os contextos sociais e culturais, mas as recomendações políticas mostram que as diferenças na organização institucional devem ser anuladas com a maximização do ‘desempenho estudantil’, como concebido e reformulado pela OCDE [...] (ROBERTSON E SORENSEN, 2020, p.48).

Logo, o entendimento sobre qualidade sofre forte tensionamento desses organismos internacionais. Uma vez que agem sobre as políticas nacionais e no fazer docente. Orientam as ações, mas não consideram a subjetividade local de cada parte do país, embora exista resistência, a força econômica capitalista ainda predomina fortemente.

#### **4. O silenciamento das políticas de formação docente no Brasil**

Haja vista a predominância que o conglomerado econômico e a rede capitalista têm sobre a educação, logo entende-se que as políticas para a formação de professores não ficariam de fora desse mercado globalizado. Em 2019 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a Resolução CNE/CP n. 2/2019 que substituiu a Resolução CNE/CP n. 2/2015. Segundo Gonçalves *et al* (2020) o documento que estabeleceu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores não deu voz a quem foi destinada:

Mesmo com todos os apelos e manifestações de entidades como ANFOPE, ANPAE, ANPED, CEDES, FORUMDIR, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação - CNTE e do Colégio de Pró-reitores de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - COGRAD, pela manutenção da Resolução CNE/CP n. 2/2015, o Ministério da Educação encaminhou para o Conselho Nacional de Educação a Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica, em dezembro de 2018, no apagar das luzes do governo Temer. A Proposta de Base Nacional Curricular para a Formação de Professores encaminhada pelo MEC ao CNE não foi discutida com as universidades, professores da Educação Básica e entidades educacionais. Tratava-se de um texto, elaborado por um grupo de consultores vinculados a empresas e assessorias educacionais privadas. O documento resgata a noção de competências como orientadora da formação de professores e baseia-se no modelo de base utilizado pela Austrália para a formação docente. O modelo Australiano, implementado desde 2009, incorpora as propostas neoliberais de maior controle sobre o trabalho docente com vistas no desempenho no PISA (Australian Professional Standards for Teachers, 2018) (GONÇALVES *et al*, 2020, p. 366).

Essa resolução instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) sob a Resolução CNE/ n. 2 de 20 de dezembro de 2019.

Com finalidades voltadas para a BNCC, uma qualificação para os professores atingirem as competências da BNCC. Uma nova política de formação docente para o retrocesso, no qual houve uma mudança na concepção de formação de professores.

Gonçalves *et al* (2020, p.367) ressalta as novas diretrizes para a formação inicial são espelhadas nas dimensões do currículo australiano, ou seja, também reafirma o influxo internacional. Nessa perspectiva houve uma mudança no currículo das universidades com a intenção de forjar, durante a licenciatura, a divisão de conteúdos dando destaque aos relacionados à BNCC, em consequência disto a grade curricular automaticamente exclui conteúdos dos fundamentos da educação, o que implica na retirada das possibilidades dos professores em questionar a BNCC. Gonçalves *et al* (2020, p. 372-373) afirma que a Resolução CNE/CP n.2/2019 é uma tática que “[...] forma um fio condutor que amarra e articula formação de professores e Educação Básica, conectadas e fundamentadas nas competências e habilidades definidas na BNCC.” O autor ainda ressalta o poder de comercialização que essa rede abre ao mercado de produtos relacionados a BNCC:

Abre-se, a partir de tal proposição, uma porta considerável para o mercado, que estará apto a fornecer produtos e serviços no âmbito educativo alinhados a missão de concretizar a BNCC nas salas de aula do país. A Resolução CNE/CP n. 2/2019 configura-se como estratégia potente, que se articula com outros arranjos, de forma a compor uma rede de formação de capital humano atrelada aos princípios do neoliberalismo em uma versão conservadora (GONÇALVES et al, 2020, p. 372).

Não se espera muito de um documento que não deu voz aos profissionais da educação, que foi imposto a qualquer custo, que objetiva exclusivamente atingir metas impostas e que tem em sua fundamentação moldar a educação ao poder econômico.

## 5. Conclusões

É inegável a influência da AGE tem sobre a formação docente e a educação no Brasil e no mundo, bem como os órgãos internacionais. E estudar esses mecanismos de controle e manipulação que objetivam, única e exclusivamente, o poder econômico faz com que se tenha noção do quão o capitalismo domina a estrutura mundial, tanto que um banco, o Banco Mundial, faz parte do conglomerado que dita as regras do que se almeja em uma educação capitalista.

Um emaranhado de ligações internas e externas com um único objetivo: padronização da educação, do currículo, da formação inicial e continuada de professores, tudo está ligado.

Cabe a nós pesquisadores estudar e divulgar “porque” de certas situações estarem como estão e além de tudo sermos resistência.

### Referências

BARBOSA, Renata Peres; SILVA, Monica Ribeiro da; ALVES, Natália. *Agenda global e a influência nas políticas para formação docente: Brasil e Portugal*. Debates em Educação v. 15; n. 37; mai. 2023. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe15110>>. Acesso em 19 ago. 2024.

DALE, Roger. *globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”?*. Educ. Soc.; vol. 25; n. 87; p. 423-460, Campinas: maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 18 ago. 2024.

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; MOTA, Maria Renata Alonso; ANADON, Simone Barreto. *A resolução CNE/CP N. 2/2019 e os retrocessos na formação de professores*. Formação em Movimento v.2; n.4; p. 360-379; jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/issue/view/115>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; CAMARGO, Arlete Maria Monte. *A agenda global da educação e a formação continuada de professores*. Revista de Educação e Letras; v. 24; n. 59; jul./set. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.29327/227811.24.59-1>>. Acesso em 19 ago. 2024.

OLIVEIRA, Marcia Betânia de; LEMOS, Anaylla da Silva; CANUTO Monica Barbosa; *O global education reform movement (GERM) e a BNCC: performatividade para formação e práticas docentes*. Revista Teias; v.24; n. 74; jul./set. 2023. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/76015/47326>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

ROBERTSON, Susan L.; SORENSEN, Tore. *O programa da OCDE TALIS: enquadrando, medindo e vendendo professores de qualidade*. Currículos sem fronteiras; v. 20; n. 1; p. 43-61; jan./abr. 2020. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.35786/1645-1384>>. Acesso em 19 ago. 2024.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. *A teoria da agenda globalmente estruturada para a educação e sua apropriação pela pesquisa em políticas educacionais*. RBP AE; v. 32; n. 2; p. 463 – 485; mai./ago. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.21573/vol32n22016.63947>>. Acesso em 18 ago. 2024.

## La formación de docentes y la influencia de la agenda mundial de la educación

### **Resumen**

Este artículo aborda la formación docente desde la perspectiva de ser influenciados por la AGE, así como por los organismos internacionales que tienen relaciones con el conglomerado externo de grandes potencias. También se pretende evidenciar el silenciamiento de las políticas de formación docente a través de la Base Curricular Común Nacional y la Resolución CNE/CP N° 2/2019 e intervenciones externas.

Palabras-clave: agenda mundial de la educación; base curricular común nacional; formación del profesorado; globalización; políticas públicas.

## **Formation des enseignants et influence de l'agenda éducatif mondial**

### **Résumé**

Cet article discute de la formation des enseignants dans la perspective d'être influencée par l'AGE, ainsi que par les organismes internationaux qui entretiennent des relations avec le conglomérat extérieur des grandes puissances. L'objectif est également de mettre en évidence le silence des politiques de formation des enseignants à travers le Socle Curriculaire National Commun et la Résolution CNE/CP n. 2/2019 et interventions externes.

Mots-clés: agenda mondial pour l'éducation; base de programmes nationaux communs; formation des enseignants; mondialisation; politiques publiques.

## **Teacher education and the influence of the global education agenda**

### **Abstract**

This article discusses teacher training from the perspective of being influenced by the AGE, as well as by the international bodies that have relations with the external conglomerate of great powers. It also aims to highlight the silencing of teacher training policies through the National Common Curricular Base and Resolution CNE/CP No. 2/2019 and external interventions.

Keywords: global education agenda; national common curriculum base; teacher training; globalization; public policies.